

Revista

Direito Aduaneiro, Marítimo e Portuário

ANO XVI — Nº 91 — MAR-ABR 2026

REPOSITÓRIO AUTORIZADO DE JURISPRUDÊNCIA

Tribunal Marítimo – Portaria nº 30/TM, de 14 de julho de 2021

Tribunal Regional Federal da 1ª Região – Portaria CONJUD nº 610-001/2013

Tribunal Regional Federal da 2ª Região – Despacho nº TRF2-DES-2021/30696

Tribunal Regional Federal da 3ª Região – Portaria nº 04, de 31.05.2012 – Registro nº 27

Tribunal Regional Federal da 4ª Região – Portaria nº 942, de 13.08.2013 – Ofício – 1528443 – GPRES/EMAGIS

Tribunal Regional Federal da 5ª Região – Despacho PA SEI nº 0004428-63.2021.4.05.7000, de 10.07.2023

EDITORIAL IEM — INSTITUTO DE ESTUDOS MARÍTIMOS

PRESIDENTE DE HONRA: Dr. Célio Benevides de Carvalho (*in memoriam*)

DIRETOR: Dr. André Benevides de Carvalho

SELDAS COMUNICAÇÕES

DIRETORA: Selma Martins Hernandez

CONSELHO EDITORIAL

Benjamin Gallotti Beserra (*in memoriam*),

Vicente Marotta Rangel (*in memoriam*), Camila Mendes Vianna Cardoso,

Mário Povia, Nelson Cavalcante e Silva Filho, Osvaldo Agripino de Castro Júnior,

VA Ralph Dias da Silveira Costa, Wilson Pereira de Lima Filho

COMITÊ TÉCNICO

Alexandre Moreira Lopes, Beatriz Giraldez Esquivel Gallotti Lopes,

Cláudio Augusto Gonçalves Pereira, Fernando Pieri Leonardo, Karolina Manuel, Ingrid Zanella,

João Paulo Alves Justo Braun, José Carlos Higa de Freitas, Kelly Gerbiany Martarello,

Laércio Cruz Uliana Júnior, Lucas Leite Marques, Marcel Nicolau Stivaletti,

Marcelo de Lucena Sammarco, Solon Sehn, Tainara Bento Ferreira da Paixão, Werner Braun Rizk

COLABORADORES DESTA EDIÇÃO

Angela Sartori, João Gustavo Rocha Lima, Kelly Gerbiany Martarello,

Paula Martins Ventura Renaux, Paulo Henrique Cremonese,

Rubens Walter Machado Filho, Vania Renovato de Jesus,

Wellington Nogueira Camacho, Wilson Pereira de Lima Filho

2011 © INSTITUTO DE ESTUDOS MARÍTIMOS

Uma publicação do IEM – Instituto de Estudos Marítimos e da SELDRAS Comunicações.

Publicação bimestral de doutrina, jurisprudência, legislação e outros assuntos aduaneiros, marítimos e portuários.

Todos os direitos reservados. Proibida a reprodução parcial ou total, sem consentimento expresso dos editores.

As opiniões emitidas nos artigos assinados são de total responsabilidade de seus autores.

Os acórdãos selecionados para esta Revista correspondem, na íntegra, às cópias obtidas nas secretarias dos respectivos tribunais.

Distribuída em todo o território nacional.

Tiragem: 3.000 exemplares

Revisão e Diagramação: Dois Pontos Editoração

Artigos para possível publicação poderão ser enviados para o endereço contato@estudosmaritimos.com.br

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Revista Direito Aduaneiro, Marítimo e Portuário. – v. 1, n. 1 (mar./abr. 2011)– . – São Paulo : Instituto de Estudos Marítimos, 2011– .
v. 16, n. 91, mar./abr. 2026 : 248 p. ; 23 cm.

Bimestral
ISSN 2236-5338

1. Direito aduaneiro. 2. Direito marítimo. 3. Direito portuário.
CDU 347.79
CDD 342.29

Bibliotecária responsável: Nádía Tanaka – CRB 10/855

INSTITUTO DE ESTUDOS MARÍTIMOS

Rua Padre João Manuel, 808 –

6º andar – Cerqueira César

01411-000 – São Paulo – SP – Brasil

Telefone para Contato: (11) 3063-1544

Vendas e Renovação: (11) 99676-1162 com Selma M. Hernandez

E-mail: contato@estudosmaritimos.com.br

<https://www.estudosmaritimos.com.br>



Normas Editoriais para Envio de Artigos	15
--	-----------

Assunto Especial

ANÁLISES SOBRE A LEI COMPLEMENTAR Nº 227/2026

1. Efeitos Retroativos da Lei Complementar nº 227/2026: o Fim da Multa por Erro na Classificação Fiscal João Gustavo Rocha Lima e Paula Martins Ventura Renaux	17
2. Das Multas Aduaneiras e Tributárias a Partir da Lei Complementar nº 227/2026 Angela Sartori e Kelly Gerbiany Martarello	32

Parte Geral

DOCTRINAS

1. A Lei do Contrato de Seguro, a Sub-Rogação e a Defesa da Primazia da Jurisdição Nacional Paulo Henrique Cremoneze e Rubens Walter Machado Filho	47
2. Responsabilidades e Indenizações por Derramamento de Combustíveis Alternativos: Futuros Desafios no Direito Internacional Marítimo Wellington Nogueira Camacho	76

JURISPRUDÊNCIA JUDICIAL

ACÓRDÃOS NA ÍNTEGRA

1. Tribunal Marítimo	94
2. Tribunal Regional Federal da 1ª Região.....	99
3. Tribunal Regional Federal da 2ª Região.....	105
4. Tribunal Regional Federal da 3ª Região.....	114
5. Tribunal Regional Federal da 4ª Região.....	120
6. Tribunal Regional Federal da 5ª Região.....	128
7. Tribunal Superior do Trabalho	137

EMENTÁRIO

1. Ementário.....	143
-------------------	-----

Seção Especial

ASSUNTOS DA IMO, COORDENADOS PELO ESTADO-MAIOR DA ARMADA – MARINHA DO BRASIL

1. O Papel da ANTAQ Junto à CCA-IMO
Wilson Pereira de Lima Filho 221

ESTUDOS DIRIGIDOS

1. A Voz do Cais: Trajetória, Resistência e a Luta pela Equidade
da Mulher Portuária Avulsa no Brasil
Vania Renovato de Jesus 227

INFORMATIVO TRIBUNAL MARÍTIMO

1. Dia Marítimo Mundial – Câmara Municipal do Rio de Janeiro 243

Índice Alfabético e Remissivo..... 244

Índice por Assunto Especial

DOUTRINAS

Assunto

ANÁLISES SOBRE A LEI COMPLEMENTAR Nº 227/2026

- Efeitos Retroativos da Lei Complementar nº 227/2026: o Fim da Multa por Erro na Classificação Fiscal (João Gustavo Rocha Lima e Paula Martins Ventura Renaux) 17
- Das Multas Aduaneiras e Tributárias a Partir da Lei Complementar nº 227/2026 (Angela Sartori e Kelly Gerbianny Martarello) 32

Autor

ANGELA SARTORI E KELLY GERBIANNY MARTARELLO

- Das Multas Aduaneiras e Tributárias a Partir da Lei Complementar nº 227/2026 32

JOÃO GUSTAVO ROCHA LIMA E PAULA MARTINS VENTURA RENAUX

- Efeitos Retroativos da Lei Complementar nº 227/2026: o Fim da Multa por Erro na Classificação Fiscal..... 17

KELLY GERBIANNY MARTARELLO E ANGELA SARTORI

- Das Multas Aduaneiras e Tributárias a Partir da Lei Complementar nº 227/2026 32

PAULA MARTINS VENTURA RENAUX E JOÃO GUSTAVO ROCHA LIMA

- Efeitos Retroativos da Lei Complementar nº 227/2026: o Fim da Multa por Erro na Classificação Fiscal..... 17

Índice Geral

DOUTRINAS

Assunto

LEI DO CONTRATO DE SEGURO

- A Lei do Contrato de Seguro, a Sub-Rogação e a Defesa da Primazia da Jurisdição Nacional (Paulo Henrique Cremonese e Rubens Walter Machado Filho)..... 47

RESPONSABILIDADES E INDENIZAÇÕES

- Responsabilidades e Indenizações por Derramamento de Combustíveis Alternativos: Futuros Desafios no Direito Internacional Marítimo (Wellington Nogueira Camacho) 76

Autor

PAULO HENRIQUE CREMONEZE E RUBENS WALTER MACHADO FILHO

- A Lei do Contrato de Seguro, a Sub-Rogação e a Defesa da Primazia da Jurisdição Nacional 47

RUBENS WALTER MACHADO FILHO E PAULO HENRIQUE CREMONEZE

- A Lei do Contrato de Seguro, a Sub-Rogação e a Defesa da Primazia da Jurisdição Nacional..... 47

WELLINGTON NOGUEIRA CAMACHO

- Responsabilidades e Indenizações por Derramamento de Combustíveis Alternativos: Futuros Desafios no Direito Internacional Marítimo..... 76

ASSUNTOS DA IMO, COORDENADOS PELO ESTADOMAIOR DA ARMADA – MARINHA DO BRASIL

Assunto

ANTAQ

- O Papel da ANTAQ Junto à CCA-IMO (Wilson Pereira de Lima Filho)..... 221

Autor

WILSON PEREIRA DE LIMA FILHO

- O Papel da ANTAQ Junto à CCA-IMO 221

ESTUDOS DIRIGIDOS

Assunto

MULHER PORTUÁRIA

- A Voz do Cais: Trajetória, Resistência e a Luta pela Equidade da Mulher Portuária Avulsa no Brasil (Vania Renovato de Jesus)..... 227

Autor

VANIA RENOVATO DE JESUS

- A Voz do Cais: Trajetória, Resistência e a Luta pela Equidade da Mulher Portuária Avulsa no Brasil 227

INFORMATIVO TRIBUNAL MARÍTIMO

Assunto

DIA MARÍTIMO MUNDIAL

- Dia Marítimo Mundial – Câmara Municipal do Rio de Janeiro..... 243

ACÓRDÃOS NA ÍNTEGRA

Assunto

ADMINISTRATIVO

- Administrativo. Embargos à execução fiscal. Contrato de arrendamento de área portuária, mantido com Suape. Irregularidade contratual ao tempo da lavratura do auto de infração (art. 34, XIV, da Resolução nº 3.274, da ANTAQ). Termo aditivo firmado para

consolidação e adequação da avença às normas da ANTAQ. Prorrogação do prazo contratual original. Inocorrência. Art. 24 da Resolução nº 2.240/11 da ANTAQ. Anuência prévia da administração concedente para fins de efetivação da prorrogação contratual. Insuficiência da manifestação unilateral da parte arrendatária. Apresentação de estudo de viabilidade técnica e econômica. Indispensabilidade. Apelação desprovida (TRF 5ª R.)..... 6260, 128

AGRAVO INTERNO

- Agravo interno. Agravo de instrumento. Recurso de revista. Acórdão regional publicado na vigência da Lei 13.467/2014. Trabalhador marítimo. Férias. Compensação. Folgas. 180 dias por ano. Acordo coletivo. Validade. Tema 1046 do STF. Repercussão geral. Efeito vinculante. IRR 147. Transcendência jurídica. Reconhecimento (TST)..... 6261, 137

DIREITO ADMINISTRATIVO

- Direito administrativo. Apelação em ação declaratória de inexigibilidade de débito. Multa administrativa. Termo de Ajustamento de Conduta (TAC). Extensão dos efeitos. Apelação não provida (TRF 3ª R.) 6258, 114

DIREITO ADMINISTRATIVO E ADUANEIRO

- Direito administrativo e aduaneiro. Mandado de segurança. Exportação. Trânsito aduaneiro entre Macapá e Oiapoque. Ausência de recinto alfandegado. Alteração de entendimento administrativo anterior. Proteção da confiança legítima e segurança jurídica. Recurso e remessa oficial desprovidos (TRF 1ª R.) 6256, 99

DIREITO TRIBUTÁRIO E ADMINISTRATIVO

- Direito tributário e administrativo. Apelação cível. Imunidade recíproca. Sociedade de economia mista. Porto organizado. Provedimento da apelação (TRF 4ª R.) 6259, 120

NAUFRÁGIO PARCIAL E EXPOSIÇÃO A RISCO

- Naufrágio parcial e exposição a risco. Embarcação deixada amarrada na orla do município de Santarém, PA, sem tripulação ou qualquer pessoa a bordo que pudesse acionar as bombas de esgoto e manter a flutuabilidade da embarcação, que sofreu furo nas obras vivas e naufrágio parcial. Outras medidas. Circunstâncias, consequências e atenuante. Negligência. Condenação (TM) 6255, 94

TRIBUTÁRIO – UNIÃO/FAZENDA NACIONAL

- Tributário. União/Fazenda Nacional. IRPF sobre rubricas ditas indenizatórias trabalhador marítimo ou similar. Sentença de improcedência. É ônus da parte autora comprovar que a rubrica alegada é indenizatória. Ausência de comprovação no caso concreto. Insuficiência do conjunto probatório apresentado na instrução. Recurso da parte autora conhecido e desprovido. Sentença mantida (TRF 2ª R.) 6257, 105

EMENTÁRIO

Assunto

ABALROAMENTO

- Abalroamento – responsabilidade civil objetiva – comandante – imperícia – danos materiais e lucros cessantes – recursos – parcial provimento 6262, 143

ACIDENTE

- Acidente – fato da navegação – erro de navegação – deficiência na manutenção – imperícia e negligência – aplicação do art. 15, a, b e c da Lei nº 2.180/1954 – responsabilidade dos tripulantes e armador – multas – representação da PEM – procedência..... 6263, 144

ANTAQ

- Antaq – multas administrativas – licença ambiental de operação – plano de emergência individual – informação falsa – equipamentos portuários – manutenção – apelação – desprovimento 6264, 144

ATRACAÇÃO

- Atracação – impossibilidade – eventos climáticos adversos – redirecionamento – liberação de carga – atraso – falha na prestação do serviço – responsabilidade da arrendatária – danos materiais – configuração – apelação – desprovimento 6265, 145

AUTO DE INFRAÇÃO

- Auto de infração – obrigação acessória – CFOP – erro – indicação – *drawback* – número do ato concessório – nota fiscal – ausência – industrialização por encomenda – prova técnica – dolo – inexistência – punição – descabimento – apelação – provimento..... 6266, 146

AUTORIDADE PORTUÁRIA

- Autoridade portuária – empresa pública federal – imunidade tributária recíproca – art. 150, VI, a, da CRFB – serviço público essencial – regime de exclusividade – capital social integralmente público – Tema 1140/STF – apelação – desprovimento 6267, 146

BARCO

- Barco – pesca irregular de lagosta – danos ambientais e pessoais – mergulhador não habilitado – descumprimento – inobservância técnica – deficiência de equipagem – CTS – descumprimento – negligência e dolo – condenação..... 6268, 149

CLASSIFICAÇÃO FISCAL

- Classificação fiscal – NCM – ar-condicionado – unidade funcional – afastamento – regra da especificidade – prevalência – Súmula nº 227/TFR – apelação – provimento 6269, 152

COMPANHIA DOCAS DO PARÁ

- Companhia Docas do Pará – danos materiais e morais – indenização – empresa pública federal –

incompetência absoluta – Justiça Federal – apelação – provimento 6270, 154

CONCESSIONÁRIA PORTUÁRIA

- Concessionária portuária – indisponibilidade de bens – legitimidade ativa e passiva – União – Antaq – ilegitimidade ativa – apelações – desprovimento e provimento parcial 6271, 154

CONTÊINERES FRIGORÍFICOS

- Contêineres frigoríficos – armazenagem – energia elétrica – faturas – prova pericial – agência de navegação – vínculo – apelação – parcial provimento 6272, 156

CONTRATO DE AFRETAMENTO

- Contrato de afretamento – acidente marítimo – abaloamento – plataforma – falha humana – embarcação – inoperância – taxas diárias – descontos indevidos – ressarcimento – apelação – parcial provimento 6273, 158

CONTRATO DE ARRENDAMENTO PORTUÁRIO

- Contrato de arrendamento portuário – movimentação mínima de carga – calado mínimo – inadimplimento contratual – cobrança – inexigibilidade – apelações – provimento parcial 6274, 159

DEMURRAGE

- *Demurrage* – prescrição quinquenal – Tema 1035 do STJ – termo inicial – devolução dos contêineres – prescrição intercorrente – inoccorrência – agravo de instrumento – desprovimento 6275, 161

DESATRAÇÃO DE NAVIO

- Desatracação de navio – ato administrativo – ilegitimidade – motivação técnica – ausência – atracação preferencial – direito líquido e certo – remessa necessária – confirmação – apelação – desprovimento 6276, 162

DESEMBARAÇO ADUANEIRO

- Desembaraço aduaneiro – importação – ex-tarifário – Resolução Camex nº 70 – valor unitário CIF – apuração – divergência – Decreto nº 6.759/2009 – apelação – desprovimento 6277, 162
- Desembaraço aduaneiro – mercadoria importada – remoção – armazém frigorífico – certificação SIF – impossibilidade – liminar – requisitos – ausência – agravo de instrumento – desprovimento 6278, 164

DIREITOS ANTIDUMPING

- Direitos *antidumping* – Resolução Camex nº 08/2011 – declaração de importação – registro – fato gerador – aquisição e embarque anteriores – irrelevância – legitimidade da cobrança – apelação – provimento 6279, 165

ESTIVADOR

- Estivador – tempo especial – exposição a ruído, monóxido de carbono e poeiras minerais – rodízio

de funções – EPI não afasta especialidade – Tema 1.090/STJ e Tema 555/STF – aposentadoria por tempo de contribuição – apelação – desprovimento 6280, 166

ESTRUTURA PORTUÁRIA

- Estrutura portuária – ampliação EIA/Rima – inexigibilidade – plano de controle ambiental – suficiência – órgão ambiental – discricionariedade técnica – ato administrativo – presunção de legitimidade – remessa necessária – desprovimento 6281, 168

ICMS

- ICMS – imunidade tributária – entidade sem fins lucrativos – atividade essencial – importação de bens e equipamentos – desembaraço aduaneiro – recolhimento prévio – dispensa – remessa necessária – desprovimento 6282, 169

IMPORTAÇÃO

- Importação – ICMS – diferimento – GATT – país signatário – similar nacional – extensão do benefício – Súmula nº 575 do STF – Súmula nº 20 do STJ – apelação e reexame necessário – desprovimento 6283, 170

IMPOSTO DE IMPORTAÇÃO

- Imposto de Importação – ACE 39-Aladi – regime de origem – triangulação comercial – requisitos formais e materiais – descumprimento – benefício fiscal – interpretação restritiva – remessa necessária – apelação – provimento 6284, 170

IMPOSTO SOBRE A IMPORTAÇÃO

- Imposto sobre a Importação – valor aduaneiro – Programa Remessa Conforme – composição do valor – frete e seguro – comissão de *marketplace* – inclusão – garantia estendida – exclusão – alíquotas e deduções – Instrução Normativa RFB nº 1.737/2017 6285, 172

INFRAÇÃO ADUANEIRA

- Infração aduaneira – agente marítimo – crédito não tributário – prescrição intercorrente administrativa – Lei nº 9.873/1999 – Tema 1293/STJ – juízo de retratação – recurso – provimento 6286, 173

INSTALAÇÃO PORTUÁRIA

- Instalação portuária de uso público – Fundaf – taxa – base de cálculo e alíquota – ausência de definição legal – delegação a atos infralegais – princípio da legalidade tributária – art. 25 do ADCT – não recepção – remessa necessária e apelação – desprovimento 6287, 174

INTERPOSIÇÃO FRAUDULENTA

- Interposição fraudulenta – comprovação – indícios – insuficiência – auto de infração – nulidade – inoccorrência – multa por cessão de nome – multa equivalente ao valor aduaneiro – cumulação – possibilidade – recursos voluntários – provimento 6288, 176

INTERPOSIÇÃO FRAUDULENTA

- Interposição fraudulenta – descaracterização – operação de *trading* global – triangulação – propósito negocial – pena de perdimento – inaplicabilidade – valor aduaneiro – arbitramento – incorreção – superfaturamento – afastamento – recurso voluntário – provimento 6289, 177

IRPF

- IRPF – trabalhador marítimo – rubricas indenizatórias – natureza jurídica – prova – ônus do autor – insuficiência probatória – manutenção da sentença – recurso cível – desprovimento 6290, 178

MAR TERRITORIAL

- Mar territorial – trânsito de passagem – produto proibido – apreensão – perdimento – passagem inocente – descaracterização – CNUDM – ordem e saúde públicas – ofensa – atos de fiscalização – legalidade 6291, 178

MOVIMENTAÇÃO E ARMAZENAGEM

- Movimentação e armazenagem de contêineres – serviços extras – cobrança – fiscalização aduaneira – Direp – art. 4º, parágrafo único, da Resolução Antaq nº 72/2022 – inaplicabilidade – responsabilidade da autora 6293, 181

MULTA ADUANEIRA

- Multa aduaneira – agente marítimo – inaplicabilidade – débitos – nulidade – apelação – provimento 6293, 181

NAVIO

- Navio – apoio marítimo – mergulhador – acidente – lesão corporal – mau posicionamento – defesa e cais – imprudência da vítima – arquivamento 6294, 183

OGMO

- OGMO – contribuição associativa – natureza – tarifa portuária – cobrança variável – base – movimentação de carga – competência – extrapolação – controle de legalidade – Antaq – recurso especial – não provimento 6295, 183

OPERADOR PORTUÁRIO

- Operador portuário – armazenagem adicional – inexistência – exportador – atraso no embarque – armador – decisão unilateral – legitimidade passiva – teoria da asserção – Resolução Antaq nº 72/2022 – apelação – desprovimento 6296, 186

OPERADORA PORTUÁRIA

- Operadora portuária – liberação de carga – atraso – responsabilidade civil – eventos climáticos – força maior e fato do príncipe – inaplicabilidade – importador – legitimidade ativa – responsabilidade objetiva – apelação – desprovimento 6297, 186

OPERADORES PORTUÁRIOS

- Operadores portuários – credenciamento – Lei nº 12.815/2013 – princípio da especialidade – arrendamento de área pública – licitação – necessidade – dispensa – impossibilidade – isonomia – afronta – apelação – desprovimento 6298, 188

PIS/COFINS

- PIS/Cofins – repetição de indébito – petróleo – exploração – ativos – contrato de locação – CPC 06 (R2) – inaplicabilidade – duplicidade – ausência – reproprocessamento contábil – base legal – inexistência 6299, 188
- PIS/Cofins-Importação – arrendamento mercantil – admissão temporária – utilização econômica – incidência – valor aduaneiro – bem essencial – Data Center – desconto extemporâneo – possibilidade 6300, 190
- PIS e Cofins-Importação – regime de admissão temporária para utilização econômica – locação e arrendamento mercantil operacional – incidência – base de cálculo – valor aduaneiro – direito a crédito – bem essencial – prestação de serviços 6301, 191

PORTUS INSTITUTO DE SEGURIDADE SOCIAL

- Portus Instituto de Seguridade Social – responsabilidade solidária – coisa julgada – Justiça do Trabalho – direito de regresso entre codevedores – quota-parte – art. 283 do Código Civil – apelação – provimento parcial 6302, 191

RECINTO ALFANDEGADO

- Recinto alfandegado – mercadoria – abandono – pena de perdimento – importador – inércia – CNPJ inapto – interposição fraudulenta – motivação e proporcionalidade – observância – apelação – desprovimento 6303, 193
- Recinto alfandegado – saída de mercadoria – dessembaraço aduaneiro – ausência – infração – penalidade de suspensão – princípios da proporcionalidade e razoabilidade – observância – apelação – desprovimento 6304, 195

REPETO

- Repeto – multa diária – controle informatizado – manutenção e atualização – obrigatoriedade – descumprimento – auto de infração – CARF – voto de qualidade – Lei nº 14.689/2023 – inaplicabilidade – apelação – desprovimento 6305, 196

SERVIÇO PORTUÁRIO

- Serviço portuário – cobrança de adicional – contêiner – carga perigosa parcial – diferenciação comprovada – Siscomex Carga – apelação – desprovimento 6306, 196
- Serviço portuário – contêiner – retenção indevida – armazenagem – *demurrage* – cobrança – excluídos de responsabilidade – inaplicabilidade – apelação – provimento parcial 6307, 197

SOBRE-ESTADIA

- Sobre-estadia – *demurrage* – massa falida – polo passivo – quantia ilíquida – juízo universal da falência

cia – exceção – art. 6º, § 1º, da Lei nº 11.101/2005 – conflito negativo de competência – competência do juízo cível suscitado – procedência..... 6308, 198

- Sobre-estadia – *demurrage* – proprietário da carga – importador – responsabilidade solidária – apelação – desprovidimento 6309, 199
- Sobre-estadia – *detention* – aceitação tácita – *booking confirmation* – *free time* – ciência – caso fortuito externo – rechaço – acidente rodoviário – risco inerente – parcial provimento 6310, 199

TARIFA PORTUÁRIA

- Tarifa portuária – THC2/SSE – cobrança – abuso de posição dominante – *price squeeze* – restrição de acesso isonômico – recurso especial – provimento..... 6311, 201
- Tarifa portuária – THC2/SSE – Resolução Antaq nº 72/2022 – competência regulatória – Antaq – invasão indevida pelo TCU – mandado de segurança – agravo regimental – não provimento 6312, 203
- Tarifas portuárias – reajustes tarifários – preço público – laudo pericial – ilegalidade não demonstrada – cumprimento provisório – honorários sobre proveito econômico – apelações – provimento parcial..... 6313, 204

TAXA DE ARMAZENAGEM

- Taxa de armazenagem portuária – importação de mercadorias – preço público – imunidade tributária – inaplicabilidade – responsabilidade do importador – apelação – desprovidimento..... 6314, 206

TRANSPORTE MARÍTIMO

- Transporte marítimo – avaria – carga – ressarcimento – seguradora sub-rogada – agente de cargas

– legitimidade passiva – decadência – art. 754 do Código Civil – inaplicabilidade – Súmula nº 7 do STJ – incidência – agravo em recurso especial – desprovidimento..... 6315, 208

- Transporte marítimo – avaria – nexo causal – ausência de prova – limite temporal da custódia – descarga sem ressalvas – recinto alfandegado secundário – vistoria tardia – apelação – desprovidimento 6316, 211
- Transporte marítimo – cláusula de eleição de foro estrangeiro – validade – contrato de afretamento – seguradora sub-rogada – vinculação – art. 25 do CPC – art. 786 do Código Civil – apelação – desprovidimento..... 6317, 213
- Transporte marítimo – contêiner – retenção indevida – desunitização da carga – valor da causa – proveito econômico – apelação – desprovidimento 6318, 215
- Transporte marítimo – contrato de adesão – cláusula de eleição de foro estrangeiro – validade – execução da obrigação – território nacional – competência concorrente – Justiça brasileira – local do cumprimento da obrigação – agravo de instrumento – desprovidimento 6319, 216
- Transporte marítimo – custo – armazenagem no pré-embarque – data de partida – mera estimativa – responsabilidade do transportador – afastamento – alterações devidamente informadas – apelação – desprovidimento..... 6320, 219
- Transporte marítimo – granel – quebra de carga – convenção de arbitragem – terceiro não signatário – inoponibilidade – transportador – responsabilidade objetiva – margem de tolerância – previsão – inexistência – apelação – provimento..... 6321, 219